MAmb - Of. N 865
Data 20-02-2017
25.04.

REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

Exmo. Senhor
Eng.º Nuno Araújo
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício nº 343	25.01.2017		

ASSUNTO: Pergunta n.º 2802/XIII/2.ª, de 25 de janeiro de 2017
Cheias em Coimbra

Caro Nuno Araújo,

Na sequência do ofício acima identificado, e em resposta à pergunta n.º 2802/XIII/2.ª, de 25 de janeiro de 2017, formulada pelos Senhores Deputados Ana Rita Bessa, Hélder Amaral, Álvaro Castelo Branco, Patrícia Fonseca, António Carlos Monteiro e Ilda Araújo Novo, do Grupo Parlamentar do Partido do CDS-PP, encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

1 - Tendo em conta as conclusões do estudo elaborado pela Ordem dos Engenheiros, já foram apuradas as causas e os responsáveis pelas inundações verificadas em Coimbra no início de 2016?

A zona de Coimbra é uma zona crítica de inundações, identificada ao abrigo das obrigações da Diretiva 2007/60/CE, transposta pelo Decreto-lei n.º 115/2010, de 22 de Outubro. A regularização existente através do sistema Aguieira - Raiva e Fronhas apenas permite controlar 46% da bacia. A obra realizada permite atenuar os caudais de cheia, mas não evita que ocorram inundações na zona de Coimbra e no Baixo Mondego. Aliás, este aspeto é referido e salientado nas conclusões do estuda da Ordem dos Engenheiros (OE).

A regularização dos rios permite minimizar e até fazer com que passem despercebidos muitos picos de cheia. Por isso, é muito importante que, nas zonas críticas, se informem as populações ribeirinhas para os perigos caso ocorram cheias, sensibilizando para a dinâmica dos recursos hídricos, suas margens e utilizações.

Acresce que, quando existe ocupação do leito de cheia, deve ser assumido um risco acrescido para o investimento efetuado. Nem sempre o parecer da Autoridade Nacional da Água sobre a ocupação de zonas inundáveis é tido em consideração, o que pode conduzir à implantação de estruturas a cotas muito baixas e facilmente inundáveis.

As simulações de gestão apresentadas no estudo da OE para a cheia de Janeiro parecem conduzir à perceção de que basta o cumprimento da curva guia de gestão da Aguieira e de Fronhas para não existirem cheias em Coimbra. Esta conclusão é contrariada pelos dados da cheia de fevereiro 2016, pois foram cumpridas as condições da curva guia de exploração das barragens da Aguieira e Fronhas e houve cheias em Coimbra, atendendo que é uma zona crítica e estes fenómenos vão ocorrer.

Gabinete do Ministro do Ambiente
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.mamb@mamb.gov.pt www.portugal.gov.pt

É sempre diferente gerir em tempo real com as incertezas das estimativas meteorológicas e hidrológicas ou realizar *a posteriori* simulações matemáticas dos fenómenos ocorridos, sabendo exatamente a quantidade de precipitação, bem como o período de tempo em que vai ocorrer.

Um evento de cheias é determinado fundamentalmente pelas condições meteorológicas, as características geomorfológicas e fisiográficas das bacias hidrográficas, sendo os seus efeitos (inundações) em grande parte determinados pela intervenção humana nas bacias hidrográficas.

2 - A confirmar-se o incumprimento das normas estabelecidas para a gestão da barragem da Aguieira, vai ser pedido o ressarcimento dos danos sofridos à entidade que explora aquele equipamento?

Considerando a gestão proposta no relatório da OE, que referia que chegariam menos 650 m^3/s caso a curva guia antes do pico de cheia estivesse a ser cumprida, iriam ocorrer caudais entre 800 a 900 m^3/s na região de Coimbra afetando o parque verde, o Choupalinho e os bares localizados nas margens.

Questão diferente é a do Mosteiro de Santa Clara. Os estudos são unânimes ao considerar que, independentemente de qualquer gestão, teria havido inundação do Mosteiro, atendendo ao deficiente sistema de drenagem e de defesa contra cheias existentes.

Importa salientar que, no primeiro trimestre do ano hidrológico de 2015/2016, os valores da precipitação foram abaixo da média. Ora, o sistema Aguieira-Raiva e Fronhas garante uma série de usos, tanto nas albufeiras como a jusante (até à Figueira da Foz), pelo que, para além da gestão de cheias, é fundamental garantir que são armazenados os volumes necessários para o abastecimento público, a rega e o abastecimento industrial no período de estiagem. Por isso, a gestão é muito mais complexa do que se o sistema apenas servisse para a gestão de cheias, tal como foi realizado no âmbito do estudo da OE.

3 - Que articulação está a ser feita entre o Ministério que V. Exa. dirige e outras entidades para evitar ocorrências semelhantes no futuro?

O estudo que foi realizado visava analisar os aspetos a melhorar, face à complexidade da situação, para melhor preparar a gestão destes eventos que, com os efeitos das alterações climáticas, vão ocorrer com maior frequência.

Principais recomendações do estudo da OE:

- É importante o concessionário do sistema Aguieira-Raiva-Fronhas cumprir a curva guia de exploração;
- Melhorar a curva guia da Aguieira no sentido de definir melhor os patamares de alteração do regime de exploração em função dos caudais afluentes;

- Melhorar a articulação entre as entidades, definindo protocolos de atuação;
- Utilizar modelação no apoio à previsão de eventos;
- Promover estudos regulares de levamentos batimétricos nas zonas mais críticas;

Medidas já em curso:

- Constituição de um grupo de trabalho, que integra técnicos da APA e da EDP para melhorar a curva guia e atualizar o protocolo de atuação - já foi elaborado um documento guia para 2017 a melhorar com estudos mais aprofundados para 2018;
- Candidatura ao POSEUR para desenvolvimento de modelos hidrológicos e hidráulicos, para integrar como ferramentas de previsão no Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos (SVARH), atualizando os existentes; incluir novas estações com teletransmissão e colocar Avisos automáticos em determinados elementos expostos, identificados no plano de gestão dos riscos de inundações relativo à região em causa;
- Articulação com a ANPC e IPMA para atualizar protocolos de atuação para gestão de eventos;
- Desassoreamento do Açude Ponte Coimbra e reconstrução de muros - candidatura POSEUR e protocolo com a CM Coimbra;
- Candidatura ao POSEUR para intervenções no Leito central, Leito Periférico Direito e Leito Periférico Esquerdo no Baixo Mondego.

Com os melhores cumprimentos, e atime

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa